

**A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NOS PROCESSOS  
JUDICIAIS DE DESAPROPRIAÇÃO  
PARA REFORMA AGRÁRIA.  
A LEI COMPLEMENTAR Nº 88/76**

**João Bosco Medeiros de Sousa**  
*Juiz Federal*

**1 INTRODUÇÃO**

O vigente processo judicial de desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, tem origem normativa na Constituição Federal, art. 5º, XXIV, passa pelas regras gerais do Código de Processo Civil e encontra previsão na Lei Complementar nº 76, de 06/julho/1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário.

Posteriormente, essa LC foi alterada pela LC nº 88, de 23/dezembro/1996, que introduziu, nesse procedimento contraditório especial, a possibilidade de conciliação entre as partes, em audiência, como instrumento agilizador da fixação da prévia e justa indenização, pelo imóvel rural desapropriado.

Na hipótese, a conciliação é uma novidade. No entanto, o instituto existe no direito brasileiro desde a Constituição do Império, de 1824, arts. 161/162 (a redação do primeiro desses artigos é a seguinte: “Art. 161. Sem se fazer constar que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará processo algum.”). A propósito, referido art. 162 atribui a juízes de paz a condução daquela providência, então de caráter pré-processual.

Mais recentemente, a conciliação tem desempenhado papel importante não apenas no processo do trabalho, conforme a CLT, arts. 667, “b”, 764, 831, parágrafo único, 850, 860 e ss., mas, também, no processo civil; por exemplo, a Lei nº 968/49 estabeleceu conciliação ou acordo nos processos de despeito litigioso, enquanto a Lei nº 5.478/1968 disciplina o rito especial nas ações de alimentos.

O atual CPC, em vigor desde 1º/janeiro/1974, trata da possibilidade de conciliar nos arts. 277 (**Do procedimento sumário**) e 447/449 (**Do procedimento ordinário**).

Com isso, é possível perceber que a conciliação, teoricamente um meio de aperfeiçoamento do processo-justiça, constitui inovação apenas na legislação referente ao processo judicial de desapropriação para fins de reforma agrária.

## **2 GENERALIDADES**

O vocábulo conciliação quer dizer “Harmonização de litigantes ou pessoas desavindas” (**Novo dicionário da língua portuguesa**/Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Rio: Nova Fronteira, 2ª ed. rev. e aum., 33ª impressão, 1986, p. 446). Em linguagem jurídica o sentido é o mesmo, de forma que conciliação pode ser compreendida como o acerto entre os litigantes, no transcurso do processo, para viabilizar a solução do litígio.

Embora geralmente seja de iniciativa do juiz, nada impede que as partes acordem, em particular, e requeiram a designação de audiência para que a conciliação seja reduzida a termo, assinada pelas partes e, o que é mais importante, seja homologada pelo juiz.

Conforme registrado anteriormente, a conciliação é matéria prevista pelo CPC, cujos arts. 277, **caput**, e 447/449, dispõem o seguinte, textualmente:

*“Art. 277. O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de 10 (dez) dias e sob a advertência prevista no § 2º deste artigo, determinando o comparecimento das partes. Sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro.”*

*“Art. 447. Quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da audiência de instrução e julgamento.*

*Parágrafo único. Em causas relativas à família, terá igualmente a conciliação, nos casos e para os fins em que a lei consente a transação.”*

*“Art. 448. Antes de iniciar a instrução, o juiz tentará conciliar as partes. Chegando a acordo, o juiz mandará tomá-lo por termo.”*

*“Art. 449. O termo de conciliação, assinado pelas partes e homologado pelo juiz, terá valor de sentença.”*

“A finalidade da conciliação é a de alcançar-se, através de procedimento independente, como se o juiz se pusesse ao lado das partes, e não em frente, a decisão judicial da lide. Tal encontro entre partes e juiz está fora do princípio da publicidade e como que se afasta da linha característica da litispendência. A função do juiz é tentar que fique fora do litígio a solução da questão. (...) Todas as dúvidas sobre o direito ou sobre os direitos das partes, no plano do direito material e no plano do direito processual, ficam desfeitas. Daí a eficácia sentencial do acordo conciliatório.” (**Comentários ao Código de Processo Civil**/Pontes de Miranda. – São Paulo: Ed. Forense, 1974, tomo V, p. 15). Nessa lição, está delineada a conciliação no processo civil propriamente dito, isto é, no CPC, mas esse mesmo instituto, agora encontrado também no procedimento de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, de rito sumário, assume características particulares.

### **3 A CONCILIAÇÃO NO PROCESSO CIVIL-AGRÁRIO, CONFORME A LC Nº 88/76**

Aqui, o instituto chegou depurado, aperfeiçoado, não sendo exagero atribuir-se-lhe a qualidade de fundamental para o rápido deslinde das ações de desapropriação, cuja conclusão aponta, no mais das vezes, para a condenação do expropriante ao pagamento do preço justo pelo bem retirado do patrimônio da parte adversa.

Mas, antes de examinar a legislação específica sobre o assunto, cabe registrar a importância dos arts. 269, III, 342 e 548, III, do CPC, os quais, em síntese, estatuem o seguinte: o **primeiro** coloca entre as hipóteses de extinção do processo, com julgamento de mérito, a transação entre as partes; o **segundo** faculta ao juiz a possibilidade de convocar, de ofício, as partes para a conciliação, independentemente da fase do processo; e o **terceiro** atribui ao termo de conciliação, lavrado em audiência e homologado pelo juiz, a natureza de sentença, em virtude do que esse termo adquire a força de título executivo.

Tais dispositivos, com certeza, geraram a possibilidade lógica de extensão da conciliação, em audiência, ao processo civil-agrário, já que se cuida de procedimento contraditório especial, de rito sumário, conforme a LC nº 76/93, cujos arts. 5º, 6º, 10 e 17 tiveram as suas redações originais alteradas pela LC nº 88/96; interessa, no caso, conhecer o teor dos §§ 3º/7º, do referido art. 6º, que é o seguinte, textualmente:

**LC nº 76, de 6/julho/1993, com a redação dada pela LC nº 88/96:**

*“Art. 6º. (...)*

*§ 3º. No curso da ação poderá o Juiz designar, com o objetivo de fixar a prévia e justa indenização, audiência de conciliação, que será realizada nos dez primeiros dias a contar da citação, e na qual deverão estar presentes o autor, o réu e o Ministério Público. As partes ou seus representantes legais serão intimadas via postal.*

*§ 4º. Aberta a audiência, o Juiz ouvirá as partes e o Ministério Público, propondo a conciliação.*

*§ 5º. Se houver acordo, lavrar-se-á o respectivo termo, que será assinado pelas partes e pelo Ministério Público ou seus representantes legais.*

*§ 6º. Integralizado o valor acordado, nos dez dias úteis subseqüentes ao pactuado, o Juiz expedirá mandado ao registro imobiliário, determinando a matrícula do bem expropriado em nome do expropriante.*

*§ 7º. A audiência de conciliação não suspende o curso da ação.”*

Esses dispositivos estão, apenas, em relativa sintonia com os arts. 125, IV, e 312, do CPC, o primeiro dos quais (o outro, aliás, foi anteriormente comentado) confere ao juiz o **status** de “dirigente do processo” (**caput**), permitindo-lhe “tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes”; a LC nº 88/93 adotou, em síntese, as seguintes providências, objetivando a celeridade processual: **a)** facultou ao juiz a designação de audiência, para tentar conciliar as partes; **b)** tal audiência, se for o caso, será realizada no decêndio posterior à citação do R.; **c)** as partes e o Ministério Público serão devidamente intimados, aquelas por via postal, este, pessoalmente, conforme o CPC, art. 236, § 2º; **d)** eventual ausência das partes à audiência não implicará sanção processual, além do ônus representado pelo prosseguimento normal do processo; **e)** o Ministério Público deverá emitir pronunciamento, na mesma audiência, sobre a conciliação proposta, limitada a sua atuação à fiscalização da lei; **f)** eventual acordo será reduzido a termo e

homologado pelo juiz; **g**) completado o pagamento do valor acordado, o juiz fará expedir, em dez dias úteis, mandado de matrícula do bem expropriado em nome do R., perante o Registro Geral de Imóveis; **h**) a simples designação da audiência de conciliação, ou mesmo a sua realização, não suspenderá o curso normal da ação de desapropriação.

Evidentemente, a proposta de conciliação (=acordo) formulada pelo juiz poderá ser rejeitada pelas partes, sem que haja necessidade de fundamentar a recusa.

#### **4 PONDERAÇÕES**

Entretanto, é possível criticar alguns pontos da legislação instituidora da conciliação nos processos judiciais de desapropriação para fins de reforma agrária, porque em descompasso com alguns dispositivos do CPC.

Assim, o art. 6º, nos seus parágrafos 3º e 4º, da LC nº 76/93, com a redação da LC nº 88/96, teria ficado melhormente adequado ao espírito do processo civil comum se: **a**) inexistisse a vinculação da possível audiência do despacho referente à petição inicial, pelo juiz, que restaria assim autorizado a propor a conciliação sempre que conveniente ao processo; **b**) não houvesse estipulação de prazo (que é decendial, contado da citação) para a realização da audiência; e **c**) tivesse sido dada a referida redação, porque mais esclarecedora, ao “§ 4º - Aberta a audiência, o juiz proporá conciliação e ouvirá, a respeito, as partes e o Ministério Público.”

Não parece que aos juízes esteja defeso aplicar os dispositivos codificados, independentemente de provocação, com a questão da hierarquia das leis, à luz dos princípios da finalidade e da instrumentalidade do processo.

A simples aplicação do CPC, especialmente seus arts. 125, **caput** e inciso IV, e 329, ao contrário do que apressadamente poder-se-ia supor, concederia maior pragmatismo à condução do processo.

Convém, pois, que a conciliação e a audiência para isso destinada, ainda que compreendidas como atos processuais preliminares, sejam vistas a partir do CPC, arts. 278, 447/449 e 584, III, subsidiariamente à legislação específica que é a LC nº 76/93 c/c a LC nº 88/96.

#### **5 CONCLUSÕES**

Procurar conciliar as partes “é dever funcional do juiz” (**Manual de Direito Processual Civil**/José Frederico Marques – São Paulo: Saraiva,

1985, vol. III, p. 8), sendo importante que o juiz, propondo a conciliação, que de resto não é ato da essência do processo, busque solução de equidade, aproximando-se tanto quanto possível da prévia e justa indenização a ser discutida pelas partes.

Portanto, a legislação vigente dá os necessários instrumentos para que a conciliação se efetive, no curso das ações de desapropriação, mas no dia-a-dia judiciário é indispensável que o Poder Público adote medidas de ordem administrativa que viabilizem as conciliações em Juízo, conferindo poderes bastantes a representantes seus para conciliarem em juízo. Nada mais desgastante para o expediente forense do que, em audiência de conciliação, o procurador do INCRA não dispor de poderes para tanto. Nesse sentido, a Lei nº 9.469, de 10/julho/1997, deveria ter excepcionado o caso das ações de desapropriação para reforma agrária.

Inobstante tal constatação, a conciliação estabelecida pela LC nº 88/96, em ações naturalmente complexas como são as ações de desapropriação para fins de reforma agrária, é um avanço em termos processuais, com a vantagem adicional de que poderá vir a contribuir para o desafogo do Poder Judiciário.